



Noemi Pinheiro Xavier*
Zulene dos Santos Sousa Silva**

RESUMO

Esta pesquisa objetivou investigar e identificar aspectos que podem ser considerados necessários na formação de professores para a inclusão de crianças diagnosticadas com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Para tal, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos acadêmicos e livros publicados sobre o tema, com autores preparados e capacitados para abordar o problema em questão. O artigo está dividido em três partes: primeiro foi abordada a questão do autismo como condição neurológica, seus critérios de diagnóstico e níveis. Em seguida foi destacada a importância de trabalhar a inclusão de maneira mais significativa e, por último, como a formação continuada e especializada do professor pode interferir de maneira positiva ou negativa no processo educativo de crianças autistas. Por fim, traçamos alternativas para uma inclusão educativa de qualidade, apresentando os resultados obtidos por esta pesquisa.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Papel do Professor.

Austim spectrum disorder: professional specialization as a basis for inclusion in the educational process

ABSTRACT

This research aimed to investigate and identify aspects in which they can be treated in the training of teachers in the educational process of children diagnosed with ASD (Autistic Spectrum Disorder). For such research, a bibliographic survey of academic articles and books published on the topic was previously carried out, with prepared and trained to approach and answer the question in question. The article is divided into three parts. First, it will be presented about autism as a neurological condition and its diagnostic criteria and levels. Then, we will deal with the importance of working with inclusion in a more meaningful way and how continuing teacher education can positively or negatively interfere in the educational process of autistic children. Finally, we outline alternatives for a quality educational inclusion and the results concluded with this research.

Keywords: Autisms. Inclusion. Teacher's Role.

*Doutora em Ciências da Educação e professora na Faculdade Adventista Paranaense, Ivatuba (PR). E-mail: noemix1962@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1424104347156093>.

**Graduanda do Curso de Pedagogia, pela Faculdade Adventista Paranaense, Ivatuba (PR). E-mail: zulenysantoszo@gmail.com.

1 Introdução

Quando se fala sobre o autismo, já nos vem à mente a inclusão, o papel do professor e os modos de lidar com todas as especificidades de cada criança autista, em seus diferentes níveis. A educação inclusiva, com efeito, é bem abrangente, mas este trabalho tem como foco especial o Transtorno de Espectro Autista (TEA) e a formação dos professores como base para a inclusão no processo educativo deste público.

O tema do Transtorno do Espectro Autista e a formação do professor surgiu com base em vivências reais, as quais presenciei em minha família, pois meu sobrinho foi diagnosticado com TEA aos 3 anos de idade. Naquela ocasião, os pais, sem entender profundamente do assunto e de como lidar com a situação, depuseram sobre os professores da escolinha toda a responsabilidade pelo desenvolvimento cognitivo da criança, pois não houve aceitação familiar inicial do quadro. A partir deste momento, surgiu o interesse em compreender o diagnóstico do meu sobrinho para, assim, ajudá-lo em seu desenvolvimento pleno.

Conforme exposto, destacaremos aqui o posicionamento dos professores frente ao diagnóstico da criança e a cobrança dos pais sobre eles. No primeiro momento, não houve estranheza dos professores diante do que a mãe relatou sobre seu filho, o que demonstrou certa segurança para a família. No decorrer dos dias, entretanto, os professores apresentaram certo desconforto frente à situação, o que ocasionou o pedido de mudança de escola, alegando que tanto os alunos quanto os professores não estavam preparados para lidar com o quadro, sugerindo, assim, a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Contrariamente, os pais recusaram a sugestão e exigiram a permanência do filho na escola, o que trouxe um prejuízo para a criança devido às suas especificidades não serem levadas em consideração. Os coleguinhas da sala, por exemplo, o chamavam de louco, riam dele, puxavam suas roupas. E, mesmo assim, quase nenhuma intervenção adequada foi feita, nem por parte da professora e nem por parte da escola, alegando que não havia professores capacitados para receber uma criança com necessidades especiais. Os pais dele, então, o levaram para outra escola, onde foi bem aceito e os professores, até o momento, têm trabalhado com ele de forma

objetiva e carinhosa, mesmo não sendo especializados em educação de crianças com TEA.

Para um professor despreparado é um grande desafio trabalhar com estes alunos com necessidades tão específicas. Por outro lado, é ainda maior a dificuldade de incluí-los numa sala de aula em que há um número de crianças que carecem da atenção do professor. Como os docentes encontram muitos obstáculos para elaborar métodos efetivos, os alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) têm maior dificuldade de construir o sentimento de pertença a uma instituição escolar.

Por isso destaca-se a importância deste trabalho, que tem por objetivo geral analisar as maiores dificuldades encontradas pelas famílias ao ter que batalhar pelo processo de inclusão de seu filho(a) com TEA e, como objetivo específico, verificar como a especialização adequada do professor poderá colaborar para uma melhor inclusão destas crianças no processo educativo.

2 Metodologia

Esta pesquisa foi realizada com base em uma revisão de estudo de cunho bibliográfico das leituras sobre o transtorno do espectro autista e da especialização do professor como base para a inclusão no processo educativo conforme as literaturas publicadas nos últimos seis anos.

Levando em consideração que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida buscando analisar, sintetizar e interpretar um assunto determinado a partir de artigos científicos, livros e revistas sobre o tema em questão, para a seleção dos artigos, livros e revistas foram realizadas a busca pelas palavras-chaves: *espectro autista*, *inclusão* e *papel do professor*. A amostragem foi composta por artigos publicados nos últimos seis anos (2013-2019) e por livros publicados de 2014 a 2020.

Os artigos que foram analisados e selecionados para a elaboração deste texto estão disponíveis na base de dados *Scientist Electronic Library* (ScieElo). Na triagem dos artigos foi considerada a data de publicação, o idioma dos textos (português) e a abordagem do assunto. Os livros foram encontrados na biblioteca da FAP (Faculdade Adventista Paranaense) com data de publicação de 2014-2017. Inicialmente houve uma análise dos temas, autores, leitura dos resumos e, em seguida, foi realizada a leitura na íntegra do material recolhido.

Na primeira parte deste trabalho abordaremos o transtorno do espectro autista (TEA) considerando seus níveis, especificidades e desenvolvimento, bem como é trabalhada a inclusão de crianças com o diagnóstico. Na segunda parte será discutida a importância da formação especializada para que o professor possa atuar de forma mais eficaz com estes alunos, oferecendo um suporte mais acolhedor às suas famílias.

3 Espectro autista

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento e que prejudica diretamente o potencial de comunicação, as interações sociais e os movimentos autônomos. O TEA aparece logo nos primeiros anos de vida e o diagnóstico não é uniforme, ou seja, pode ser que em algumas crianças os sintomas apareçam nos primeiros dias de vida, enquanto em outras o diagnóstico seja mais demorado, sendo percebido a partir dos 12 meses. O conhecimento dos pais diz muito sobre quando são descobertas as necessidades do filho. O autismo, com efeito, também é associado a outros transtornos, como o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

Sendo assim, pode-se destacar aqui os critérios de diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista e seus padrões de comportamento restritos e repetitivos descritos pelas DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), que destaca 4 pontos específicos:

- A) Movimentos motores estereotipados e simples, movimentos de brinquedos alinhados, frases idiossincráticas e ecolalia;
- B) Perseverança na mesmice, é inflexível a rotinas, sofre por mudanças mínimas no seu dia a dia, necessidade de seguir o mesmo caminho e até comer a mesma refeição todos os dias;
- C) Muito restrito, interesses fixos, grande apego a preocupações ou objetos incomuns;
- D) Indiferença em aspectos sensoriais como cor, temperatura, texturas específicas, mania em cheirar ou tocar objetos excessivamente e foco visual em luzes ou movimentos, que para eles é uma fascinação. Existem padrões de dados mais agravantes como: deficiência em comunicação social e em padrões de

comportamentos muito restritos e repetitivos. *Déficits* em demonstrar reciprocidade nas relações socioemocionais.

Ainda em conformidade com o Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2020), as dificuldades motoras também são problemas comuns em crianças diagnosticadas com TEA, mesmo não sendo necessária sua presença para o diagnóstico ser preciso.

A primeira explicação relacionada ao Transtorno de Espectro Autista (TEA) foi feita por Kanner em 1943, que a caracterizou como um isolamento extremo, obsessividade, impossibilidade de comunicação que envolve a linguagem e dificuldade com afetividade, de modo que todas as expressões de linguagem nada mais são que ecolalia (frases repetidas). Pouco depois, Kanner, em 1946, reitera que não poderia afirmar uma ausência de linguagem nesses quadros, já que crianças com TEA têm uma capacidade incrível de criar, embora as frases que as crianças constroem só tenham sentido dentro de um contexto que apenas elas entendem:

O vocabulário incrível das crianças que adquiriram a linguagem, a excelente memória para acontecimentos ocorridos há vários anos, a fenomenal capacidade de decorar poemas e nomes e lembrar-se precisamente de sequências e esquemas complexos, testemunham uma boa inteligência no sentido comumente aceito deste termo (KANNER, 1943, p. 247-248).

Em outras palavras, Kanner afirma que as crianças com TEA são crianças sem aptidão para estabelecer vínculos normais com as pessoas e que não conseguem reagir normalmente diante de qualquer situação desde o início de sua vida.

Na verdade, poucos sabem identificar quais são os reais sintomas de um Transtorno do Espectro Autista (TEA) e até saber o que ele é e como se desenvolve, bastante tempo já foi percorrido. Com isso a dificuldade em estabelecer um diagnóstico aumenta, pois muitas vezes apenas a partir da idade escolar, entre 3 e 5 anos, é que os sintomas acabam tomando forma. Como confirma Grandin:

Autismo é considerado como um transtorno global do desenvolvimento que se inicia antes dos três anos de idade. Caracteriza-se como uma síndrome comportamental de etiologias múltiplas que compromete o processo do desenvolvimento infantil (GRANDIN, 2015, s/p).

Como podemos observar, a descoberta do espectro não é fácil e saber lidar com a situação é essencial, principalmente por esta criança possuir especificidades

próprias, que dificultam a realização de tarefas que para nós são comuns. As maiores dificuldades atingem sua socialização, o que acaba afetando também o seu desenvolvimento. Assim, toda a família tem que se ajustar a esse novo estilo de vida, o que abrange muitos desafios.

Somadas a essas dificuldades, as pessoas com autismo também se deparam com limitações na realização de atividades diárias, como higiene e alimentação, as quais podem estar associadas aos comportamentos rígidos, agressivos ou repetitivos apresentados por eles. Em decorrência disso, a necessidade de cuidados é acentuada, levando a família a constantes mudanças em sua rotina a fim de se adaptar às características do familiar da criança com autismo (NAKAYAMA, 2007, p. 6).

Ao examinar alguns estudos verifica-se que grande parte das crianças autistas apresentam dificuldades em comum, como ter o seu comportamento social restrito, apresentar diferentes níveis e *déficits* de atenção, inflexibilidade no comportamento, entre outras. O autismo também possui as suas variáveis, ou seja, seus níveis, que podem ser classificados em leve, médio e grave. A seguir apresentamos uma tabela exemplificando estes níveis:

Quadro 1: Classificação das variáveis do TEA em seus diferentes níveis

Nível de Gravidade	Comunicação social	Comportamento restrito e repetitivo
Nível 1: Leve	Nesse nível há dificuldades e pouco interesse em iniciar uma interação social.	Inflexibilidade no comportamento interferindo no funcionamento de um ou mais contextos. Além de apresentarem uma dificuldade significativa em trocar de atividade, se organizarem e planejarem.
Nível 2: Médio	Grande déficit nas habilidades sociais e ocorrem prejuízos de interação, mesmo quando há apoio.	Inflexibilidade no comportamento que também dificulta o entendimento de mudanças, além de apresentarem comportamentos restritos e repetitivos frequentes.
Nível 3: Grave	Deficiência grave na comunicação verbal e não verbal, além da dificuldade de interação social.	Mesmos níveis comportamentais das pessoas com nível 2.

Fonte: Adaptação de Psicologiaviva.com.

Vivemos em uma sociedade em que existem padrões pré-estabelecidos, na qual o “diferente” é excluído quase imediatamente. Esse é um grande problema que as crianças autistas enfrentam, uma vez que elas sentem extrema dificuldade de

pertencimento. Isso acontece principalmente na escola, onde estão totalmente fora da sua zona de conforto, o que faz com que o trabalho inclusivo que a professora, juntamente com os demais alunos e coordenadora fizeram, dirá muito sobre o bem-estar delas neste espaço educativo.

3.1 Inclusão de alunos autistas

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) tem como objetivo nortear a formulação dos currículos escolares em todo o Brasil, com a finalidade de desenvolver as habilidades de todos os alunos. Isso é esperado que aconteça durante sua jornada escolar que, segundo a Constituição, na emenda nº 59/2009, na qual houve alteração dos incisos I e IV, torna obrigatória a recepção de crianças com necessidades especiais de 4 a 17 anos de idade no ensino regular, com o intuito de alfabetizá-las para que possam exercer um papel de qualidade em nossa sociedade, tornando-se autônomas e capazes de ter uma vida plena (MEC, 2018).

Para assegurar tal direito, o trabalho de conscientização é fundamental para a inclusão escolar. A formulação de políticas públicas também é de extrema necessidade, pois inclusão não é simplesmente estar dentro de uma sala de aula, ou ter uma cadeira escolar para sentar-se, indo muito além disso. A criança precisa ser percebida, atendida, precisa ser colocada no seu lugar de direito, observando sua participação bem de perto. É necessário que os professores deem uma atenção especial para que suas necessidades possam ser supridas com dignidade, como precisam e como merecem receber.

Podemos esclarecer ainda melhor as dificuldades dos professores em lidar com a *inclusão que é nossa, e a diferença que é do outro* quando observamos os planejamentos das aulas, nos quais a falta de esclarecimento e de preparo para a inclusão ficam nítidas. Sendo assim, a alfabetização básica das crianças autistas acaba caindo em defasagem, pois os ajustes feitos nas salas de aula de ensino regular não contemplam as especificidades de alunos com TEA. Ainda falta, da parte de muitos professores e escolas, a aplicação de metodologias ativas que sejam capazes de alcançar as habilidades dos autistas, que trabalhem os pontos em destaque destas crianças e que as socialize no ambiente escolar. Isso só acontece com a mediação de professores preparados e especializados.

De acordo com Sasaki (1999, p. 410) a inclusão pode ser considerada como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir em seus sistemas sociais pessoas com necessidades específicas. Conforme David Rodrigues (2008) menciona, podemos distinguir a inclusão em duas dimensões e utilizando metodologias distintas: a *inclusão essencial* e a *inclusão eletiva*. Nos deteremos na inclusão essencial, que assegura que todo cidadão tem direito de participar em todos os níveis e serviços sociais sem ser discriminado. Sendo assim, a inclusão essencial conjectura que nenhum indivíduo seja discriminado, que tenha a oportunidade de ser realmente inserido no ambiente escolar, já que toda pessoa tem direito de acesso à educação.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo de educação, tal se refere no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (UNESCO, 1994, p. 61).

Em um apanhado geral, entende-se que o convívio é muito importante para o desenvolvimento individual. À vista disso, a inclusão de crianças com Espectro Autista tem um valor ainda mais relevante, pois assim podem se tornar adultos capazes de desenvolver um papel relevante na sociedade, e que esta possa valorizar suas competências. O estudo da inclusão de crianças autistas, assim, contribui para a ampliação do conhecimento dos professores que trabalham com indivíduos com essas especificidades, pois a maioria entende que aceitar e compreender a diversidade humana é o correto.

Muitos educadores ainda precisam refletir acerca da inclusão de alunos com necessidades específicas no ensino regular, a fim de que sua *práxis* possa ser repensada, visando sempre a valorização e o desejo de contribuir com estes alunos. Nesta perspectiva, a intenção da reflexão é que os professores analisem qual o seu papel no núcleo escolar e fora dele. A partir da reflexão, o esperado é que os educadores tenham a concepção de que o aprendizado dos alunos com TEA se dá também através de interações sociais, a fim de mostrar que estes alunos têm a capacidade de aprender, especialmente em espaços não-segregados.

Apesar desta preocupação não ser recente, ainda persiste em muitas instituições escolares, sejam elas públicas ou privadas, o tabu de saber trabalhar com

as inclusões e especificidades com as quais se deparam, mesmo que por lei as escolas sejam obrigadas a receber estes alunos. As escolas, na sua maioria, não estão preparadas para incluir estas particularidades, de modo que grande parte da recusa destas instituições em trabalhar com a inclusão parece estar mais ligada com o medo de não saber ensinar do que de os alunos não conseguirem aprender (YUS, 2002).

Atualmente, muito se comenta sobre grande parte dos profissionais da educação não saber como lidar nas salas de aula com os alunos que têm dificuldades tanto intelectuais quanto motivada por alguma deficiência física. A educação, assim, acaba não oferecendo para estas crianças o suporte que deveria. Ao serem impedidas de ir até as instituições escolares, ou até mesmo nelas sendo excluídas, acabam não fazendo parte de um processo de inserção social que deveria envolver a todos. Como diz Nakayama:

A pessoa pode estar incluída em um grupo social e, ao mesmo tempo, sentir-se excluída de outro. Inclusão e exclusão revezam-se, então, como processos de pertencimento ou segregação, atingindo as pessoas que, em alguma situação, lugar ou ocasião, são considerados diferentes. (NAKAYAMA, 2007, p. 6).

Muitas vezes tanto a escola quando a sociedade, de modo geral, acabam repetindo que é preciso haver a inclusão, mas quando defrontadas com o diferente, a prática acaba sendo mais complicada. Ou seja, fala-se em diversidade, em inclusão, mas não se consegue incluir alguém que já é diferente e que não necessariamente precisa estar em um ambiente exclusivista. Isso nos leva a refletir sobre como o respeito é uma das melhores formas de demonstrar que somos realmente inclusivos. “O respeito pode implicar certo assistencialismo, uma generalização, que compreende as diferenças como fixas e definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las” (NAKAYAMA, 2007, p. 10).

Outro fator é a maneira como os professores e pais veem a inclusão: como algo que pode ajudar ou mesmo piorar a situação. Sempre existem escolas com profissionais qualificados para receber estes alunos, principalmente escolas públicas, instituições em que essa demanda é muito alta; porém, são frequentes as reclamações, ora dos pais, que acham que a escola não será bem avaliada por ter

alunos especiais, ou até mesmo das escolas particulares, nas quais era de se esperar que a inclusão também fosse prioridade.

Realmente, o processo de inclusão escolar, com a matrícula das crianças com deficiência nas escolas regulares, sem estar acompanhado das medidas de acessibilidade necessárias ao seu acolhimento e orientação tem ocasionado a má adaptação e falta de estímulo desses alunos, bem como o aumento da desesperança dos seus pais e dos profissionais que os acolhem (MANTOAN, 2003, p. 23).

Convém lembrar que apesar de tudo, a maioria das escolas tende a se estruturar, a se preparar para enfrentar estas situações. Assim, quem ensina deve demonstrar para esses alunos que, mesmo com as suas limitações, é possível chegar aonde quiserem.

A escola inclusiva é aquela onde o modelo educativo subverte essa lógica e pretende, em primeiro lugar, estabelecer vínculos cognitivos entre os alunos e o currículo para que adquiram o desenvolvimento que lhes permitam resolver problemas da vida cotidiana e que os preparem para aproveitar as oportunidades que a vida oferece. Às vezes essas oportunidades lhe serão dadas, porém, na maioria dos casos, têm que participar ativamente (ADIRON, 2004, p. 29).

Essas limitações e diferenças precisam dispor de mais atenção dos profissionais da educação, visto que incluir não é apenas oferecer alguém para auxiliar estes alunos, mas adaptar até mesmo o ambiente em que eles serão inseridos, para que este possa ser o mais favorável possível para a aprendizagem. Adaptar o lugar e inovar na forma de contemplar o conteúdo curricular para todos faz com que mesmo que cada aluno com TEA tenha a sua maneira de aprender, com um professor ou profissional apto para receber esse aluno, a instituição já se torna confiável, por não esquecer que:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria das nossas escolas (especialmente as escolas de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultados, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2003, p. 57).

3.2 O papel da formação especializada do professor

Na primeira metade do século XIX, o papel do professor começou a ter destaque, sendo este inicialmente assumido por homens que atendiam tanto no ensino primário quanto no religioso. Hoje este cenário mudou. É o que mostra uma pesquisa feita pelo Ministério da Educação e Cultura (2003) em que se destaca que 98,5% dos professores da Educação Infantil são mulheres. Juntamente com esta prevalência vêm as responsabilidades, pois pressupõe-se que todo trabalho educativo e de inclusão seja sustentado unicamente pela professora e que o sucesso ou fracasso dos alunos é única e exclusivamente culpa dela (YUS, 2002).

Mas não para por aí. Sobre o professor também recai a esperança de mudança na educação brasileira, na qual a defasagem e a má qualidade ainda são muito presentes. O Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), por exemplo, destaca a importância da formação mínima do professor para atuar na educação básica: uma formação em nível superior, em curso de Licenciatura e graduação plena.

Um docente não qualificado, não habilitado, que recebe em sala de aula uma criança autista provavelmente não saberá como se colocar na situação com maestria. Não saberá qual caminho deve ser seguido para trilhar uma trajetória em comum com esta criança. Por isso a necessidade dos professores terem uma formação continuada e especializada, seja ela pública ou privada. Há, portanto, a necessidade de um aprimoramento pessoal, de um empenho, especialmente porque dedicar-se aos alunos com necessidades específicas traz à tona a antiga ideia de que ensinar é um “dom” que somente aqueles que têm amor pela educação podem oferecer, fala que desvaloriza a importância da formação continuada.

Segundo Carvalho (2006), quando o professor conhece as emoções que as diferenças provocam, a aceitação em trabalhar com alunos em situação de inclusão é muito mais tranquila, pois não existirá medo, rejeição ou pena, fazendo com que a alfabetização seja mais significativa. Consequentemente, no instante em que a inclusão de crianças com autismo é debatida, é o papel do professor que aparece em seguida, pois vem dele a tarefa de mediar o aprendizado destas crianças. Como boa parte do tempo elas ficam na escola, a família acaba transferindo toda a responsabilidade da educação para o professor.

Sendo assim, estabelecer parceria entre família e professor auxilia muito, pois se a família trabalha em harmonia com a escola, a possibilidade do sucesso é ainda maior.

Em definição, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) estabeleceu que:

Os sistemas de ensino aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

A educação inclusiva tem sido observada ao longo dos anos, período em que diversos questionamentos vindos dos professores diante de sua prática frente aos desafios que a educação inclusiva impõe são aflorados. Dentro destes questionamentos carregados de preconceitos e estigmas estão: “não sei por onde começar”, “não sei o que devo fazer”, “não seria capaz de ajudá-los”, e não é isso que a educação de crianças com TEA precisa. Por outro lado, muitas escolas já dispõem de professores especializados, que incansavelmente se dedicam para que estes alunos tenham uma educação de qualidade (FERNANDES, 2007, p. 15).

4 Considerações Finais

Certamente não é possível destacar aqui todos os elementos que podem contribuir para o sucesso da educação inclusiva, mais especificamente das crianças com TEA. O mais importante é o que cada professor, cada escola e cada família pode fazer. Embora não seja possível levantar todas as possibilidades de melhorias, percebem-se alguns meios a serem seguidos para o desenvolvimento pleno de crianças autistas. Com o diagnóstico, por exemplo, é possível minimizar de maneira significativa o impacto do TEA da vida infantil até a adulta, além da diminuição do agravamento dos sintomas.

O acompanhamento multidisciplinar também é muito importante na manutenção da rotina, já que amplia as habilidades sociais e possibilita o desenvolvimento cognitivo e emocional do autista. As áreas devem estar sempre relacionadas visando obter um acompanhamento conjunto. O diagnóstico de uma criança autista pode ser percebido nos primeiros 12 meses de vida, ou dependendo

do conhecimento dos pais pode levar alguns anos, o que, sem dúvida, influenciará no seu desenvolvimento. Os principais critérios de diagnóstico, os meios para pais e professores perceberem que uma criança possui necessidades específicas, as dificuldades dos pais em lutar pela a inclusão de seus filhos com TEA numa unidade escolar e a necessidade de professores especializados para receber estas crianças, as incluindo num ambiente educacional que contribua para o desenvolvimento integral de seu ser, são os principais desafios a serem vencidos gradativamente e com maior eficácia, à medida que somos parte de uma sociedade mais global e inclusiva.

A melhor forma de garantir o sucesso no processo educativo de uma criança autista é, sem dúvida, o preparo especializado do professor e da escola para recebê-la. É dever dos pais cobrar das autoridades que seus filhos sejam atendidos em um ambiente educacional especializado, o que significa dispor de profissionais capacitados. Considerando que é de total importância a formação continuada do professor, assim como seu compromisso em se aperfeiçoar tanto no quesito curricular quanto no pessoal, cabe a este profissional preparar-se para fazer parte desta equipe qualificada.

Ademais, concluímos que a educação inclusiva atual requer mudanças no quesito ensino-aprendizagem e no acolhimento destas crianças dentro do ambiente escolar, processo que envolve tanto os professores quanto o corpo gestor das escolas públicas ou privadas.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** – DSM-5. 5ª ed. Washington, 2007.

ARAUJO, L. **Transtorno do Espectro Autista**. São Paulo, Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento n° 5, abril de 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin>. Acesso em: 29.ago.2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BARBOSA, A. M. **O Papel do professor frente à educação de crianças com Autismo**. Curitiba, 2013. Disponível em: Educere.bruc.com/arquivo/pdf2013/7969_pdf. Acesso em: 12.set.2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/38dBExB>. Acesso em: 30.out.2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.** Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 12.set.2020.

CABRAL, C.; Mirian, A. Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da leitura. **Educação em Revista**, n. 33, 2017, p. 1-30.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão:** Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 7ª ed. 2017. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf. Acesso em: 10.set.2020.

CUNHA, E. **Autismo na escola:** um jeito diferente de ensinar. Ideias e práticas pedagógicas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em: <http://unesdoc.org./imagens/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 22.set.2019.

FERNANDES, S. **Fundamentos para a educação especial.** Curitiba: IBPEX, 2007

GAIATO, M. **S.O.S Autismo.** Guia completo para entender o transtorno do espectro autista. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

GRANDIN, T. **O cérebro autista.** 6ª ed. São Paulo: Editora Record, 2015.

LUSTOSA, A. V. **O Espectro Autista e a Inclusão Escolar.** São Paulo: Editora Educere, 2015.

RODRIGUES, G. **Inclusão e Educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Editora Primavera, 2006.

TEIXEIRA, G. **Manual dos transtornos escolares:** entendendo problemas de crianças e adolescentes na escola. Rio de Janeiro: Editora Bestseller, 2013.

VOLKMAR, F. R. **Autismo:** guia essencial para compreensão e tratamento. Porto Alegre: Editora Artmed, 2018.

Recebido em: 02.02.2022.
Aprovado em: 07.07.2022.